



O JOVEM NO MERCADO DE TRABALHO PARANAENSE: COMPARATIVO ENTRE OS CENSOS DEMOGRÁFICOS DE 2000 E 2010

Rafaela Amorim

Economista, Pesquisadora do IPARDES
E-mail: rafaela.amorim@ipardes.pr.gov.br

Resumo: O mercado de trabalho tem exigido qualificação do indivíduo não só no momento de este se inserir no mercado, mas também para conseguir manter-se em atividade. No caso dos jovens, a dificuldade é ainda maior devido à falta de experiência profissional. Para superar esta carência o jovem recorre ao aumento do nível de instrução como uma alternativa compensatória, o que gera, por sua vez, um contingente de pessoas mais bem informadas sobre seus direitos e deveres. Nessa direção, pode-se atribuir a redução da informalidade, bem como a distribuição dos jovens entre as classificações de atividades apresentadas neste artigo, ao nível mais elevado de instrução. Neste artigo, pretende-se caracterizar o jovem paranaense em relação à instrução, à informalidade e à sua distribuição no mercado de trabalho e, com isto, demonstrar como este ciclo vem ocorrendo, recorrendo-se para isto aos dados apurados pelos Censos Demográficos de 2000 e 2010, estabelecendo um paralelo entre esses anos e mostrando a evolução no mercado de trabalho do jovem de 16 a 29 anos no Estado do Paraná.

Palavras-chave: Mercado de trabalho. Nível de instrução e informalidade. Jovem.

INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho em si e as relações de trabalho são temas recorrentes na literatura econômica e social, sendo objetos de estudo de diversos pensadores e pesquisadores ao longo do tempo. Trata-se de uma área em que os pontos de vista são divergentes, em especial no que tange às relações entre empregados e empregadores.

Historicamente verifica-se que o mercado de trabalho é movido por escolhas, por decisões, e, segundo Borjas (2012a), as consequências econômicas e sociais dessas decisões variam drasticamente com o passar do tempo. A primeira dessas decisões diz respeito à questão de trabalhar ou não. Muitos jovens abrem mão da entrada precoce no mercado de trabalho a fim de investir maior tempo em qualificação, entendendo-se qualificação, aqui, como a maior quantidade de anos de estudo, incluindo o curso superior de graduação, especialização, mestrado e doutorado, além de cursos de língua estrangeira, informática e afins. No entanto, cabe perguntar: apenas a qualificação, sem a experiência profissional, seria o bastante para a contratação deste profissional? Sabe-se que o mercado de trabalho brasileiro é bastante dinâmico no processo de contratação e demissão de funcionários. Como verificado na teoria econômica, as empresas estão sempre em busca de qualificação, de disponibilidade, de diferenciais, ou seja, de aprimoramento. Esta tendência, que tem como objetivo a busca pelo menor tempo na produção e por maior lucro – o que há tempos já vem sendo vivido pelo trabalhador –, continua a mover o mercado de trabalho brasileiro. Busca-se sempre o menor custo e a maior receita.

Por outro lado, têm-se os jovens que se veem obrigados a entrar no mercado de trabalho ainda muito novos e sem a qualificação necessária para assumir postos de trabalho em atividades científicas ou que demandem maior estudo. As razões para isso podem variar: são jovens que buscam recursos financeiros para a família na qual o salário dos responsáveis não é suficiente para suprir as necessidades do domicílio; jovens que precocemente formaram uma família e têm a necessidade de provê-la, ou, ainda, jovens que, embora não possuam família, são responsáveis pelo seu próprio sustento, não tendo tempo suficiente para continuar os estudos e, conseqüentemente, para alcançar as condições para o trabalho chamado qualificado. Temos, então, uma segunda escolha, movida pela decisão de trabalhar por parte do jovem. Contudo, cabe ao empregador esta outra decisão, que consiste em contratar ou não o jovem que se dispõe a entrar no mercado mas que não possui grandes qualificações. Qual dos setores do mercado vem suprindo a necessidade de trabalho dessa parcela de jovens? Neste contexto, a inserção do jovem no mercado de trabalho vem ganhando ênfase e despertando questionamentos.

No Paraná, o mercado de trabalho vem crescendo paulatinamente e, segundo dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) no mês de fevereiro de 2013, o Estado ocupa a terceira posição no País em geração de vagas de emprego, atrás apenas de São Paulo e Rio Grande do Sul.

Com base nos resultados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, pretende-se, neste artigo, fazer uma comparação entre estes dois períodos no que se refere aos jovens de 16 a 29 anos e o mercado de trabalho. Nesse sentido, serão quantificados estes jovens, fazendo-se a diferenciação entre ocupados ou não; identificando quantos são responsáveis pelo domicílio em que habitam, inclusive os que já constituíram uma família, analisando a taxa de analfabetismo entre eles, seu nível de instrução, quais os setores que absorvem a mão de obra desta faixa da população e qual o nível de informalidade entre eles.

Em um segundo momento será observado se as características verificadas em âmbito estadual aplicam-se também aos municípios de acordo com a faixa de população, identificando as diferenças apresentadas quanto às características destes jovens e às funções que ocupam no mercado de trabalho.

1 OCUPADOS, UNIÕES E RESPONSÁVEIS PELO DOMICÍLIO

De acordo com Bacha (2004), para entender o mercado de trabalho é necessário definir alguns termos, sendo o primeiro deles a população residente (total de pessoas vivendo em certo local em certo momento do tempo, independentemente de sua idade e se estão ou não trabalhando, procurando trabalho ou se apenas são ociosas). A população residente divide-se em população economicamente ativa (PEA), população não economicamente ativa (PNEA) e pessoas incapacitadas para o trabalho. A PEA é composta por pessoas acima de certa idade (neste caso, com idade igual ou superior a 16 anos) que estejam aptas a trabalhar e desejam fazê-lo, independentemente de estarem trabalhando ou não, incluindo, assim, as que não estão trabalhando mas estão à procura de trabalho. A PNEA engloba os indivíduos aptos ao trabalho mas que não estão trabalhando e não estão procurando trabalho, incluindo os desalentados (dispostos a trabalhar, mas desestimulados a procurar trabalho), pessoas dedicadas às atividades do lar, estudantes, aposentados, entre outros. As pessoas incapacitadas para o trabalho incluem aquelas abaixo da idade definida, as incapacitadas física ou mentalmente, os idosos, os presidiários, entre outros (BACHA, 2004).

O mercado de trabalho brasileiro é caracterizado pelo dinamismo, e os trabalhadores estão sempre se deslocando entre as classificações econômicas, da mesma forma que flutuam também entre a PEA e a PNEA, pois ora estão empregados ou em busca de trabalho, ora se dedicando a outro projeto, abrindo mão da busca por um novo emprego.

Neste artigo, a faixa da população analisada consiste apenas da PEA, ou seja, dos trabalhadores que têm um emprego remunerado ou não remunerado na semana de referência da pesquisa. Entretanto, para definirmos a quantidade de jovens ocupados devemos primeiramente determinar o tamanho desta população, tanto no ano de 2000 quanto no de 2010.

A quantidade de jovens paranaenses de 16 a 29 anos passou de 2.433.768, no ano de 2000, para 2.513.434, em 2010, um aumento de 3,27%. No mesmo período, a população masculina (3,47%) apresentou um aumento superior à população feminina (3,07%). Este aumento na população tende a se estender à quantidade de ocupados no mesmo período. A tabela 1 indica a quantidade de jovens ocupados nos dois períodos e suas taxas de crescimento:

TABELA 1 - NÚMERO DE JOVENS, SEGUNDO SEXO - PARANÁ - 2000 E 2010

SEXO	2000	2010	TAXA DE CRESCIMENTO (%)
Homem	1.215.222	1.257.421	3,47
Mulher	1.218.546	1.256.013	3,07
TOTAL DE JOVENS	2.433.768	2.513.434	3,27

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: Elaboração do IPARDES.

Pode-se verificar que houve um sensível aumento na quantidade de jovens ocupados no período (14,79%), valor este maior do que o crescimento relativo desta população. Analisando o percentual de ocupados em cada período em relação à população total, nota-se que, da mesma forma, ocorreu uma variação positiva no percentual de ocupados. No ano de 2000, 60,77% dos jovens paranaenses eram ocupados, ou seja, estavam trabalhando, recebendo ou não renda pela função desempenhada, percentual este que passou para 67,55% em 2010, como demonstra a tabela 2.

TABELA 2 - NÚMERO DE JOVENS OCUPADOS, SEGUNDO SEXO - PARANÁ - 2000 E 2010

SEXO	NÚMERO DE JOVENS OCUPADOS				TAXA DE CRESCIMENTO (%)
	2000		2010		
	Abs.	%	Abs.	%	
Homem	909.174	74,82	961.393	76,46	5,74
Mulher	569.936	46,77	736.447	58,63%	29,22
TOTAL DE JOVENS	1.479.110	60,77	1.697.840	67,55	14,79

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: Elaboração do IPARDES.

Esse crescimento pode ter sua origem em alguns fatores. Uma hipótese é a melhoria das condições oferecidas pelo mercado, como, por exemplo, salários mais atrativos. Outra hipótese é o crescimento do mercado de trabalho em si, disponibilizando maior quantidade de vagas em atividades que exigem do jovem maior qualificação, estimulando, assim, além do estudo continuado, a busca por cursos de aperfeiçoamento, a fim de criar a demanda necessária de trabalho com a finalidade de suprir esta oferta de vagas, equilibrando novamente o mercado a longo prazo.

Nota-se, também, que a taxa de crescimento foi superior entre as mulheres, pois enquanto o percentual de homens ocupados na faixa etária entre 16 e 29 anos cresceu de 74,82% para 76,46%, as mulheres ocupadas nesta mesma faixa etária cresceu de 46,77% para 58,63%. No entanto, os dados demonstram que a taxa de ocupação continua sendo maior entre os homens desta faixa etária.

A análise do estado civil desta faixa da população apresenta recuo no número de jovens casados. No ano de 2000, os jovens que já haviam constituído uma família¹ eram 620.450, o que correspondia a 25,49% desta população; em 2010 este número era de 497.831, representando 19,81% dos jovens.

Partindo desses dados é natural concluir que o número de jovens responsáveis pelo domicílio caiu no período, o que, neste caso, é um equívoco, pois mesmo com a queda do número de uniões a representatividade de jovens responsáveis pelo domicílio onde residem se elevou no período, partindo de 18,12%, em 2000, para 19,63%, em 2010. Vale lembrar que, além das uniões, diversos fatores concorrem para que um jovem se torne a pessoa responsável pelo domicílio onde reside.

2 DISTRIBUIÇÃO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO PARANAENSE

De acordo com Borjas (2012a), as transações no mercado de trabalho são limitadas por conjuntos de regras fundamentais estabelecidas pelo governo. Deste modo, os contratos de trabalho celebrados entre empregados e empregadores podem variar quanto à forma, mas devem estar de acordo com as regras que garantem, entre outras coisas, um salário justo e segurança ocupacional, evitando o trabalho insalubre.

Ainda segundo Borjas (2012b), várias evidências indicam que o rendimento salarial do trabalhador se altera durante seu ciclo de vida, sendo mais baixo quando o trabalhador é jovem e aumentando com a idade, tendo uma leve queda próximo à aposentadoria. Portanto, a dificuldade de inserção, aliada a salários menos atrativos, podem servir como desestímulos ao jovem no momento de buscar um emprego. No entanto, algumas atividades demandam mais jovens em seu quadro de funcionários.

Para caracterizar a distribuição dos jovens de 16 a 29 anos no mercado de trabalho paranaense é necessário utilizar uma classificação. Usualmente emprega-se a CNAE-Domiciliar, que é a classificação de atividades econômicas derivada da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0), tendo sido desenvolvida para ser utilizada no censo demográfico e demais pesquisas domiciliares. Esta classificação tem uma estrutura composta originalmente por 22 classes. Para este artigo, contudo, houve a agregação de algumas atividades, reduzindo-se o número desta estrutura para dez classificações. São elas: Agricultura; Indústria - Transformação; Indústria - Construção; Indústria - Outras atividades; Comércio; Serviços - Apoio à produção; Serviços - Natureza pública²; Serviços - Outros, Serviços - Domésticos, e Outros.

¹ O termo *família* foi utilizado com o intuito de identificar uma nova união, não sendo necessariamente responsável pelo surgimento de um novo domicílio.

² A classificação Serviços - Natureza pública reúne um conjunto de atividades que, mesmo quando não desenvolvidas pelo setor público, são objeto de políticas públicas (DELGADO; KURESKI, 2010).

A estrutura do mercado de trabalho no que se refere à distribuição dos jovens entre as atividades apresentadas exibiu pequenas modificações, como podemos ver na tabela 3. O Comércio continua sendo a atividade que mais emprega os jovens, apresentando ainda um crescimento na sua representatividade no período em questão, passando de 19,88% para 21,64% dos postos de trabalho no período. Da mesma forma, a Indústria - Transformação mantém a segunda colocação em vagas ocupadas por jovens, apresentando igualmente elevação percentual no período de 17,51% para 18,19%; a Agricultura, por sua vez, foi a atividade que perdeu mais espaço na década – em 2000 era responsável por empregar 16,91% dos jovens; já em 2010 este percentual baixou para 10,51%. Há que se esclarecer que este movimento não se restringe ao grupo etário em questão.

TABELA 3 - DISTRIBUIÇÃO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO PARANAENSE, SEGUNDO CLASSIFICAÇÃO DE ATIVIDADE ECONÔMICA - 2000 E 2010

ATIVIDADE ECONÔMICA	DISTRIBUIÇÃO DOS JOVENS (%)	
	2000	2010
Agricultura	16,91	10,51
Indústria - Transformação	17,51	18,19
Indústria - Construção	6,64	6,36
Indústria - Outras atividades	0,53	1,15
Comércio	19,88	21,64
Serviços - Apoio à produção	11,00	14,25
Serviços - Natureza pública	11,32	10,97
Serviços - Outros	6,82	6,87
Serviços - Domésticos	8,00	3,74
Outros	1,39	6,33

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: Elaboração do IPARDES.

De forma oposta, Serviços - Apoio à produção elevou sua participação na contratação da mão de obra jovem de 11%, em 2000, para 14,25%, em 2010. Os Serviços - Natureza pública, embora tenham diminuído ligeiramente sua participação neste mercado (11,32% em 2000 e 10,97% em 2010), mantêm-se como a quarta atividade que mais emprega esta faixa etária.

Outra atividade que perdeu muito espaço nos últimos anos foram os Serviços - Domésticos, que tiveram sua participação reduzida de 8%, em 2000, para apenas 3,74% em 2010. Os Serviços - Outros e a Indústria - Construção foram as atividades que tiveram menor variação percentual no período, sendo que a primeira teve um leve aumento, passando de 6,82%, em 2000, para 6,87%, em 2010, enquanto a segunda apresentou uma pequena queda, partindo de 6,64%, em 2000, para 6,36%, em 2010. A classificação 'Outros' foi a que apresentou o maior aumento em sua participação, passando de 1,39%, em 2000, a 6,33%, em 2010. Já a Indústria - Outras atividades continua sendo a que menos emprega os jovens paranaenses, revelando, no entanto, uma pequena ascensão em seu percentual de participação, de 0,53% em 2000 para 1,15% em 2010.

Pode-se associar essas modificações ao maior grau de instrução dos jovens, que vêm buscando atividades que demandem esforço físico menos intenso, optando por trabalhos intelectuais e recusando

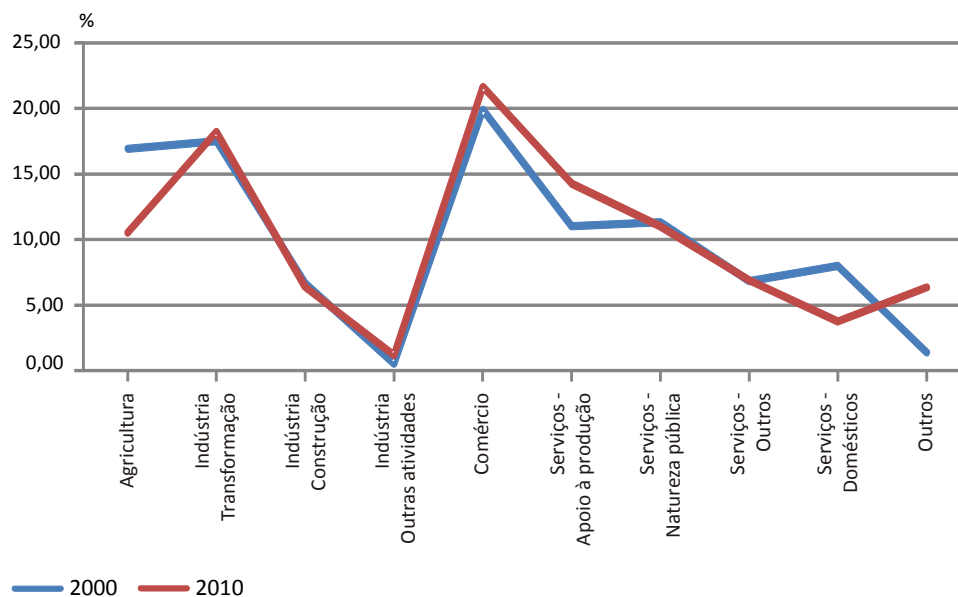
trabalhos que historicamente são tratados como braçais, a exemplo da Agricultura, Serviços - Domésticos, e Construção. No entanto, quando a instrução é insuficiente para exercer outra ocupação profissional, são a estas atividades que eles acabam recorrendo como forma de garantir sua subsistência.

Desta maneira, é possível atribuir a mudança à necessidade de transformação em sua situação econômica, dado que o valor auferido pelo indivíduo em um trabalho onde se dispensa maior empenho intelectual é maior que aquele recebido pela utilização do tempo em trabalhos que demandam maior força física. Com recursos financeiros em volume maior, o trabalhador obtém maior satisfação, pois a cesta de bens que pode adquirir se eleva em qualidade e/ou em quantidade, deslocando sua curva de utilidade e indiferença.

De acordo com Borjas (2012b), a estrutura de análise econômica utilizada para examinar o comportamento da oferta de trabalho é chamada de modelo neoclássico da escolha entre trabalho e lazer, sendo que a ideia de que o indivíduo obtém satisfação no consumo de bens e lazer se resume pela função utilidade.³

O gráfico 1, a seguir, ilustra as alterações na distribuição dos jovens no mercado de trabalho:

GRÁFICO 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO PARANAENSE - 2000 E 2010



FONTE: IBGE - Censo Demográfico
 NOTA: Elaboração do IPARDES.

³ $U = f(C, L)$, onde U = utilidade; C = consumo e L = lazer.

3 ANALFABETISMO, NÍVEL DE INSTRUÇÃO DOS JOVENS E INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

A educação é um fator determinante para a colocação das pessoas no mercado de trabalho, não sendo diferente no caso dos jovens. O nível de instrução é uma variante que determina muitas vezes quais serão os jovens empregados e quais serão os desempregados, ou, ainda, em que setor do mercado o jovem será inserido e qual será seu nível salarial. De acordo com Ferreira e Veloso (2005), o nível educacional da população do Brasil é baixo comparativamente ao de países desenvolvidos, e mesmo de países com nível de desenvolvimento semelhante ao do Brasil.

Quanto ao grau de analfabetismo, os dados revelam que embora o percentual de jovens analfabetos nessa faixa etária se apresente bastante reduzido em 2000 (2,24%), houve ainda diminuição deste percentual no período, passando para 1,04% da população jovem em 2010. Analisando apenas os jovens que se encontram ocupados, o percentual é de apenas 1,45% no ano de 2000, e de 0,45% em 2010. Segundo Ferreira e Veloso (2005), embora o analfabetismo seja um indicador importante de escolarização básica, a taxa fornece uma descrição incompleta do grau de qualificação da população ou da força de trabalho.

Sendo assim, para que seja possível embasar as alterações estruturais no mercado de trabalho no que tange ao aumento ou à diminuição do número de jovens empregados em cada uma das classificações expostas anteriormente, é necessário expandir a análise do nível de educação desta faixa da população (16 a 29 anos), pois, enquanto o analfabetismo recuou, o grau de instrução do jovem paranaense elevou-se de forma geral. Portanto, torna-se necessário constituir um paralelo entre os períodos.

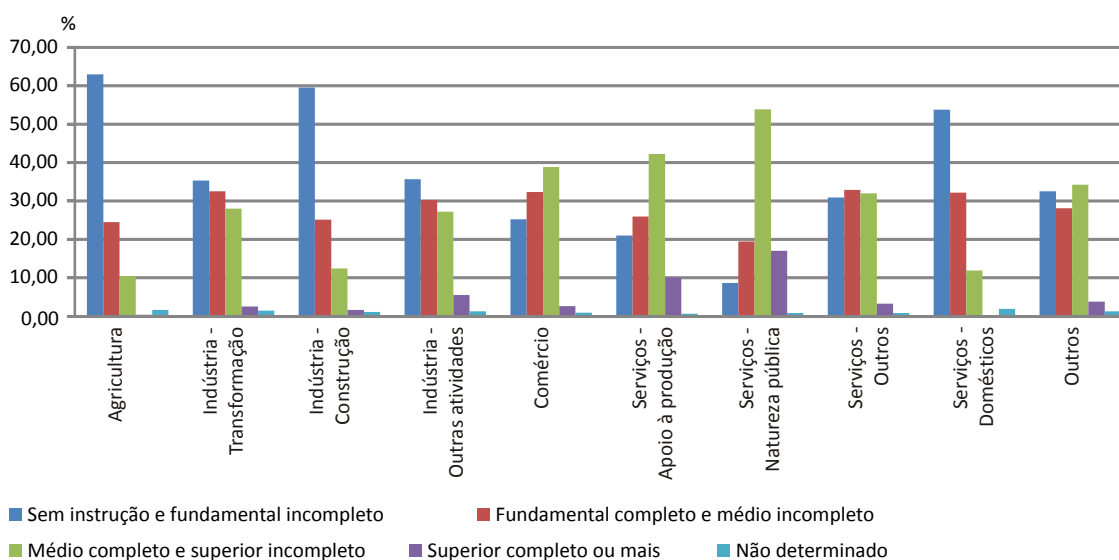
Em 2000, a grande maioria dos jovens (37,01%) classificava-se como sem instrução ou com ensino fundamental incompleto, seguido pelo ensino médio completo e ensino superior incompleto (28,96%) e ensino fundamental completo e ensino médio incompleto (27,92%), enquanto o ensino superior de graduação respondia por apenas 4,32% desta população. Em 2010 esse panorama apresenta-se um tanto quanto distinto: a população jovem sem instrução e com ensino fundamental incompleto corresponde a 20,09%, tendo sido superada pelo percentual de jovens que possuem o ensino fundamental completo ou o ensino médio incompleto, que respondem por 25,27% desta população. Contudo, a maioria da população jovem, em 2010 (42,37%), tem ensino médio completo e ensino superior incompleto.

Segundo Ferreira e Veloso (2005), existem evidências empíricas de que a educação afeta a desigualdade de renda no Brasil por dois motivos: a elevada desigualdade educacional da força de trabalho e o fato de a taxa de retorno à educação no País ser bastante elevada. A taxa de retorno à educação é tão somente o aumento de renda resultante de um ano a mais de estudo.

Analisando os postos de trabalho quanto ao nível de instrução exigido do jovem para ingresso no mercado, verifica-se que, no ano de 2000, 29,10% dos jovens sem instrução e com ensino fundamental incompleto eram empregados pela Agricultura, 17,30% pela Indústria - Transformação, 13,94% pelo Comércio, 11,97% pelos Serviços - Domésticos, e 10,80% pela Indústria - Construção, representando mais de 83% de todos os jovens ocupados que se encontravam nessa condição. As demais atividades apresentam percentuais bastante aquém dos supracitados: Serviços - Apoio à produção, 6,41%; Serviços - Outros, 5,82%; Serviços - Natureza pública, 2,88%; Outros, 1,26%; e Indústria - Outras atividades, 0,53%.

No entanto, se analisarmos cada atividade separadamente, tem-se que, na Agricultura, 63,70% dos jovens empregados não tinham instrução ou possuíam o ensino fundamental incompleto, e na Indústria - Transformação este contingente correspondia a 36,57%, sendo maioria, como ilustra o gráfico 2.

GRÁFICO 2 - NÍVEL DE INSTRUÇÃO DOS JOVENS PARANAENSES SEGUNDO ATIVIDADE - 2000



FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: Elaboração do IPARDES.

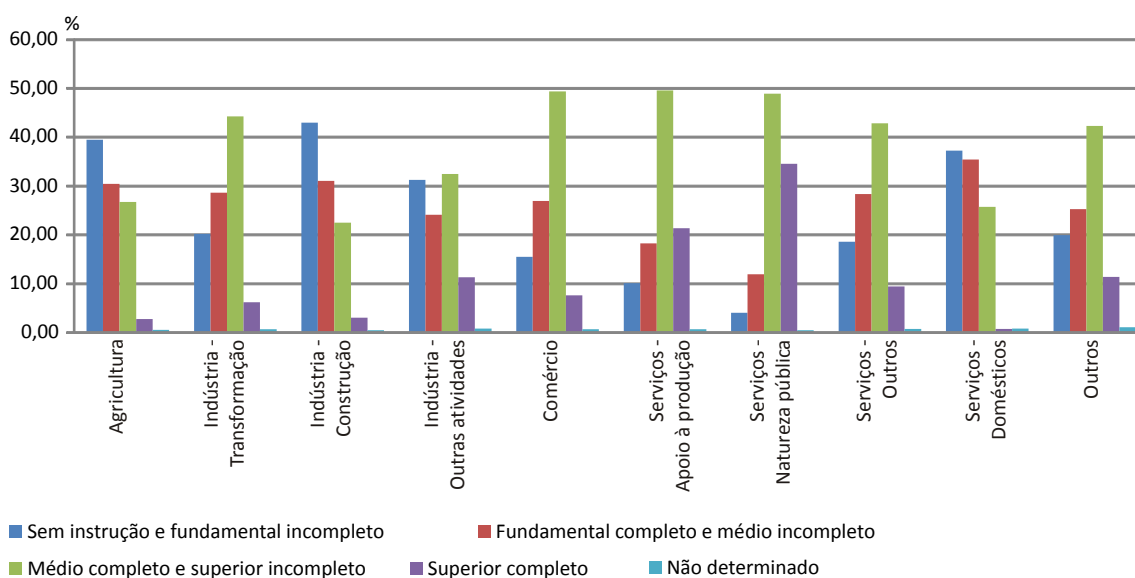
Por outro lado, no Comércio a maioria dos jovens ocupados possuía ensino médio completo ou ensino superior incompleto (37,40%); já nos Serviços - Domésticos e na Indústria - Construção não ocorria o mesmo, pois a maioria dos jovens contratados não possuía instrução ou possuía o ensino fundamental incompleto – 55,41% e 60,21%, respectivamente. A classificação ‘Outros’ também abrange, por maioria, os jovens ocupados sem instrução ou com ensino fundamental incompleto (33,58%).

Os jovens com ensino fundamental completo ou ensino médio incompleto são maioria na classificação Serviços - Outros (32,73%). Nas demais classificações (Serviços - Apoio à produção e

Serviços - Natureza pública), o maior contingente pertence àqueles jovens com ensino médio completo e ensino superior incompleto, 41,79% e 52,18%, respectivamente.

Em 2010, as classificações que englobam maior número de indivíduos sem instrução ou com ensino fundamental incompleto são a Indústria - Construção (43,02%), seguida pela Agricultura (39,50%), Serviços - Domésticos (37,24%) e Indústria - Outras atividades (31,24%). As demais classificações também abarcam indivíduos com este grau de instrução, como demonstra o gráfico 3. Entretanto, o percentual apresentado por elas é bastante inferior, a saber, de 20,23% na Indústria - Transformação; 19,93% em 'Outros'; 18,61% em Serviços - Outros; 15,47% no Comércio; 10,10% nos Serviços - Apoio à produção; e apenas 4,06% nos Serviços - Natureza pública.

GRÁFICO 3 - NÍVEL DE INSTRUÇÃO DOS JOVENS PARANAENSES SEGUNDO ATIVIDADE - 2010



FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: Elaboração do IPARDES.

O nível de instrução que abrange o ensino fundamental completo e o ensino médio incompleto tem seu maior percentual entre os jovens que atuam nos Serviços - Domésticos (35,47%). Logo após temos a Indústria - Construção (31,05%) e a Agricultura (30,45%), a exemplo do que ocorre no nível anterior, embora a ordem das classificações tenha se alterado. Nas outras classificações, os percentuais, ainda que inferiores, não diferem tanto entre si: Indústria - Transformação (28,65%), Serviços - Outros (28,35%), Comércio (26,93%), Outros (25,25%), Indústria - Outras atividades (24,14%), Serviços - Apoio à produção (18,26%), e Serviços - Natureza pública (11,95%).

O ensino médio completo e o superior incompleto são os níveis que reúnem o maior percentual de indivíduos entre todos os níveis de instrução apresentados, sendo sua maior concentração nos Serviços - Apoio à produção (49,61%), Comércio (49,36%) e Serviços - Natureza pública (48,92%). Índices bastante elevados encontram-se também na Indústria - Transformação (44,28%), Serviços - Outros (42,86%), Outros (42,34%), e Indústria - Outras atividades (32,48%), havendo percentuais menos elevados na Agricultura (26,76%), Serviços - Domésticos (25,72%) e Indústria - Construção (22,47%).

No nível ensino superior completo, a classificação com maior representatividade é a de Serviços - Natureza pública (34,58%), que está à frente de Serviços - Apoio à produção (21,37%). As outras classificações possuem percentuais bem mais modestos: Outros (11,40%), Indústria - Outras atividades (11,34%), Serviços - Outros (9,45%), Comércio (7,59%), Indústria - Transformação (6,21%), Indústria - Construção (3,00%), Agricultura (2,77%) e Serviços - Domésticos (0,73%).

Todas as classificações incluem indivíduos que tiveram seu nível de instrução classificado como não determinado. No entanto, os índices são bastante baixos, sendo o maior deles de 1,08%, na classificação denominada 'Outros'.

4 A INFORMALIDADE ENTRE OS JOVENS PARANAENSES

A Constituição Brasileira de 1988 assegura, em seu Capítulo II, artigo 7.º, diversos direitos aos trabalhadores urbanos e rurais. Citem-se como exemplos o inciso I, que estabelece a proteção contra a despedida arbitrária ou sem justa causa; o artigo II, que garante o seguro-desemprego; o artigo III, que institui o fundo de garantia por tempo de serviço, e o artigo IV, que cria o salário mínimo fixado em lei. Estas são apenas algumas das garantias que um trabalhador formal possui, pois originalmente o artigo 7.º desse mesmo capítulo é composto por 34 incisos e o parágrafo único, cabendo ainda citar a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), que regulamenta as relações individuais e coletivas de trabalho, visando também garantir o bem-estar do trabalhador.

Mesmo havendo tantas vantagens em ser um trabalhador formal, incluindo aqui a mais conhecida delas – a aposentadoria –, o mercado de trabalho jovem paranaense apresentava, em 2000, alto grau de informalidade. Os Serviços - Domésticos, Agricultura, e Indústria - Construção lideravam o *ranking*. No entanto, a atividade Serviços - Natureza pública, que apresentava o menor índice de informalidade, tinha 77,21% dos trabalhadores no mercado formal, como demonstra a tabela 4.

TABELA 4 - INFORMALIDADE ENTRE OS JOVENS PARANAENSES SEGUNDO CLASSIFICAÇÃO DE ATIVIDADE ECONÔMICA - 2000

ATIVIDADE ECONÔMICA	EMPREGO (%)	
	Formal	Informal
Agricultura	25,33	74,67
Indústria - Transformação	74,09	25,91
Indústria - Construção	30,53	69,47
Indústria - Outras atividades	73,71	26,29
Comércio	61,32	38,68
Serviços - Apoio à produção	62,98	37,02
Serviços - Natureza pública	77,21	22,79
Serviços - Outros	46,52	53,48
Serviços - Domésticos	23,16	76,84
Outros	54,30	45,70

FONTE: IBGE - Censo Demográfico
NOTA: Elaboração do IPARDES.

Pode-se citar, como uma razão para a informalidade, a “defesa de interesses”, uma vez que cada agente procura escolher o que considera mais atraente num determinado momento. No entanto, na busca por obter vantagens, o indivíduo pode acabar descumprindo certas regras; é o que acaba ocorrendo com as normas trabalhistas. Trabalhadores que aceitam ou decidem trabalhar sem registro em carteira, não contribuindo, assim, com a previdência, acabam também diminuindo a carga tributária de seu empregador, esperando, em troca, salários mais elevados. Contudo, ao tomarem essa direção veem a questão apenas no curto prazo. No caso dos jovens, para a inserção no mercado de trabalho muitos abrem mão de direitos trabalhistas por não considerá-los tão importantes, pois encaram a aposentadoria como algo muito distante, enquanto a necessidade de inserção apresenta-se como uma realidade mais próxima e urgente.

Ao se analisarem os dados de informalidade quanto à classificação que mais contratava jovens nessas condições no ano de 2000, os Serviços - Domésticos estavam no topo desta relação, com percentual de informalidade de 76,84%, seguido da Agricultura, com 74,67%, e da Indústria - Construção, com 69,47%. Os Serviços - Outros aparecia logo em seguida, com percentual de 53,48%, seguido por ‘Outros’ (45,70%). Todas as outras classificações apresentavam também taxas relativamente altas de informalidade, como segue: Comércio (38,68%), Serviços - Apoio à produção (37,02%); Indústria - Outras atividades (26,29%), Indústria - Transformação (25,91%) e Serviços - Natureza pública (22,79%).

Em 2010, mesmo com a evolução das contratações formais os campeões de informalidade continuavam os mesmos, evidentemente que em índices mais reduzidos: Serviços - Domésticos (74,66%); Agricultura (61,75%); e Indústria - Construção (59,94%). Adotando a forma decrescente quanto ao índice de informalidade, tem-se: Serviços - Outros (43,69%); Outros (32,94%); Indústria - Outras atividades (28,68%); Comércio (25,63%); Serviços - Natureza pública (24,77%); Serviços - Apoio à produção (22,76%); e Indústria - Transformação (14,74%).

Cabe destacar a Indústria - Transformação, que encerra o maior percentual de jovens empregados no mercado formal, com nível de formalização de 85,26%. Entretanto, o maior grau de evolução entre todas as atividades no período ocorreu nos Serviços - Apoio à produção, como se vê na tabela 5.

TABELA 5 - INFORMALIDADE ENTRE OS JOVENS PARANAENSES SEGUNDO CLASSIFICAÇÃO DE ATIVIDADE ECONÔMICA - 2010

ATIVIDADE ECONÔMICA	EMPREGO (%)	
	Formal	Informal
Agricultura	38,25	61,75
Indústria - Transformação	85,26	14,74
Indústria - Construção	40,06	59,94
Indústria - Outras atividades	71,32	28,68
Comércio	74,37	25,63
Serviços - Apoio à produção	77,24	22,76
Serviços - Natureza pública	75,23	24,77
Serviços - Outros	56,31	43,69
Serviços - Domésticos	25,34	74,66
Outros	67,06	32,94

FONTE: IBGE - Censo demográfico

NOTA: Elaboração do IPARDES.

Embora a quantidade de jovens trabalhando sem vínculo empregatício tenha recuado no período entre os Censos de 2000 e 2010, este percentual continua bastante elevado, com média de 38,96%. Contudo, a evolução foi significativa, considerando-se que em 2000 esta média era de 47,09%. Por outro lado, duas classificações tiveram um declínio no seu nível de formalização: Indústria - Outras atividades e Serviços - Natureza pública. Outra classificação que apresentou redução bastante modesta entre os períodos foi Serviços - Domésticos, que se manteve praticamente constante.

5 O MERCADO DE TRABALHO DISTRIBUÍDO ENTRE AS FAIXAS POPULACIONAIS

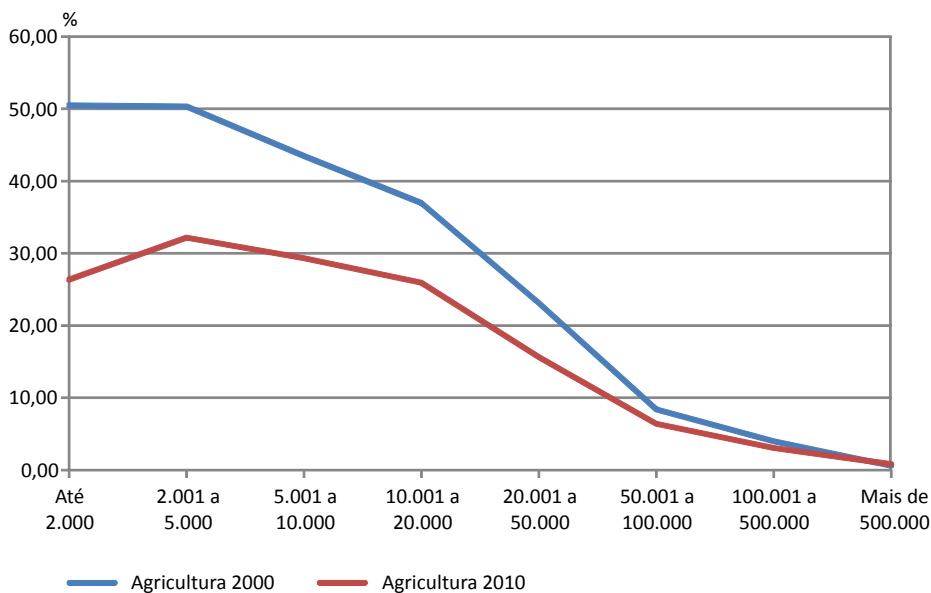
É curioso o quanto a composição do mercado de trabalho no que se refere à alocação de jovens nas funções geradas pelas classificações apresentadas pode sofrer alterações conforme o tamanho da população do município, podendo influenciar no tipo de empresa que se desenvolve em cada região. Evidentemente, a oferta de vagas geradas em cada região tem o poder de trazer novos indivíduos para a localidade; no entanto, quando os custos de deslocamento ultrapassam as expectativas de retorno, dificilmente o movimento de imigrantes para a localidade será suficiente para o preenchimento das vagas disponibilizadas, sendo necessária a capacitação da mão de obra local.

Os gráficos 4 e 5, a seguir, ilustram como essa distribuição de vagas nas diferentes classificações muda conforme aumenta a população, bem como demonstram a alteração no percentual de jovens ocupados nas funções, tendo sido escolhidos por identificarem de forma clara o movimento do mercado de mão de obra jovem. O primeiro gráfico aponta o movimento de mercado da classificação Agricultura, demonstrando que em municípios menores esta atividade é mais presente, perdendo espaço à medida que os municípios vão se tornando maiores. O segundo gráfico, que mostra o mercado da classificação Serviços - Apoio à produção, indica que as maiores oportunidades para os jovens nas atividades que abrangem esta classificação estão nos municípios com maior número de habitantes, sendo ilustrado por uma curva ascendente.

Os gráficos mostram, ainda, como a Agricultura perdeu espaço na contratação de jovens no período entre os Censos de 2000 e 2010, em especial nos municípios com faixa populacional mais reduzida. Já a classificação Serviços - Apoio à produção elevou sua participação entre os jovens de maneira generalizada.

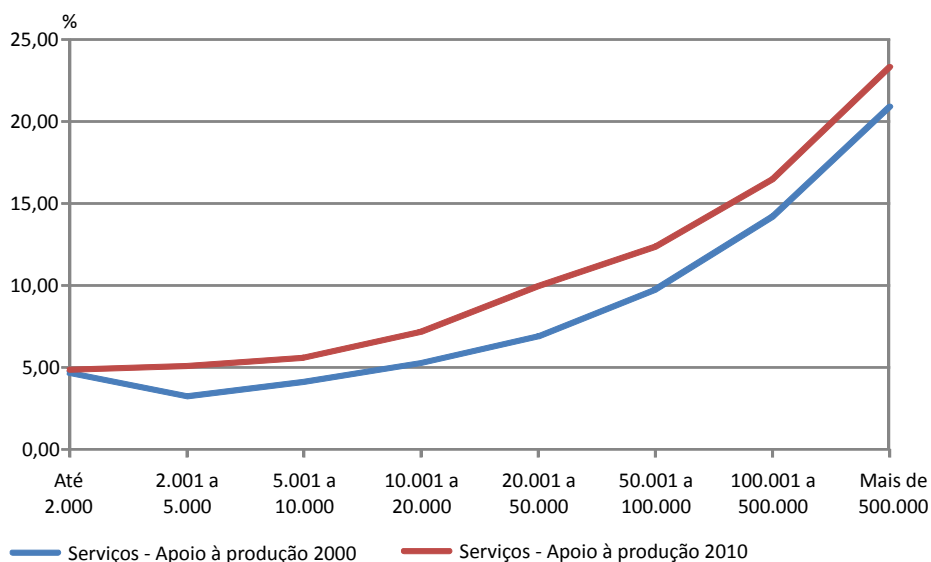
No ano de 2000, a Agricultura era a responsável por contratar a maior parte dos jovens nos municípios com até 2.000 habitantes e nos municípios onde a quantidade populacional girava entre 2.001 e 50.000 habitantes. Nos municípios em que a população era maior que 50.001 e menor que 100.000, a classificação predominante era a Indústria - Transformação. Já nos municípios onde a população situava-se entre 100.001 e 500.000 e naqueles em que a população era superior a 500.000, a classificação dominante entre os jovens era o Comércio. Os percentuais de cada classificação são indicados na tabela 6.

GRÁFICO 4 - DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS NA AGRICULTURA POR MUNICÍPIOS, SEGUNDO A QUANTIDADE DE POPULAÇÃO - 2000 E 2010



FONTE: IBGE - Censo Demográfico
 NOTA: Elaboração do IPARDES.

GRÁFICO 5 - DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS NOS SERVIÇOS - APOIO À PRODUÇÃO POR MUNICÍPIOS, SEGUNDO A QUANTIDADE DE POPULAÇÃO - 2000 E 2010



FONTE: IBGE - Censo Demográfico
 NOTA: Elaboração do IPARDES.

TABELA 6 - PARTICIPAÇÃO NA CONTRATAÇÃO DOS JOVENS PARANAENSES, POR FAIXA DE POPULAÇÃO MUNICIPAL, SEGUNDO ATIVIDADE ECONÔMICA - 2000

ATIVIDADE ECONÔMICA	PARTICIPAÇÃO NA CONTRATAÇÃO DOS JOVENS PARANAENSES (%)							
	Até 2.000	2.001 a 5.000	5.001 a 10.000	10.001 a 20.000	20.001 a 50.000	50.001 a 100.000	100.001 a 500.000	Mais de 500.000
Agricultura	50,48	50,30	43,44	36,93	23,12	8,36	3,97	0,59
Indústria - Transformação	5,47	10,77	13,95	15,20	18,28	23,09	17,76	16,89
Indústria - Construção	1,40	4,56	4,93	5,74	6,70	7,96	7,59	6,16
Indústria - Outras atividades	0,00	0,33	0,38	0,56	0,66	0,61	0,51	0,48
Comércio	9,43	8,64	11,73	13,64	17,79	21,78	25,39	23,68
Serviços - Apoio à produção	4,66	3,23	4,11	5,25	6,89	9,74	14,18	20,90
Serviços - Natureza pública	14,46	10,40	8,41	8,68	10,04	10,83	12,12	15,53
Serviços - Outros	2,63	3,37	3,46	4,60	5,97	6,81	8,71	9,09
Serviços - Domésticos	10,49	7,91	8,95	8,59	9,42	8,91	7,95	5,08
Outros	0,97	0,49	0,66	0,82	1,14	1,90	1,81	1,59

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: Elaboração do IPARDES.

Em 2010, os municípios com população de até 2.000 habitantes passaram a alocar a maior quantidade de mão de obra jovem na Indústria - Transformação. Nos municípios onde a população variava entre 2.001 e 20.000 habitantes, continuou-se a destinar a maior parte da mão de obra jovem para a Agricultura. Os municípios com população de 20.001 a 50.000 e de 50.0001 a 100.000 passaram a ter como classificação predominante entre os jovens o Comércio, classificação esta que permaneceu como a principal entre os jovens residentes nos municípios com faixa de população de 100.001 a 500.000. Já os municípios com população superior a 500.000 habitantes passaram a apresentar a classificação Serviços - Apoio à produção como a maior empregadora da mão de obra jovem. A tabela 7 mostra a distribuição das classificações em 2010:

TABELA 7 - PARTICIPAÇÃO NA CONTRATAÇÃO DOS JOVENS PARANAENSES, POR FAIXA DE POPULAÇÃO MUNICIPAL, SEGUNDO ATIVIDADE ECONÔMICA - 2010

ATIVIDADE ECONÔMICA	PARTICIPAÇÃO NA CONTRATAÇÃO DOS JOVENS PARANAENSES (%)							
	Até 2.000	2.001 a 5.000	5.001 a 10.000	10.001 a 20.000	20.001 a 50.000	50.001 a 100.000	100.001 a 500.000	Mais de 500.000
Agricultura	26,35	32,17	29,30	25,90	15,62	6,37	3,04	0,82
Indústria - Transformação	33,08	20,97	20,32	20,40	18,49	20,83	18,33	14,20
Indústria - Construção	5,01	5,34	6,01	6,19	7,36	8,13	6,87	4,53
Indústria - Outras atividades	0,77	0,62	0,98	0,91	0,96	1,00	1,31	1,41
Comércio	8,00	12,97	15,39	17,03	21,63	24,04	24,61	22,48
Serviços - Apoio à produção	4,87	5,09	5,59	7,17	9,95	12,34	16,46	23,31
Serviços - Natureza pública	10,86	10,53	8,70	8,35	10,01	10,53	11,33	13,66
Serviços - Outros	2,68	3,67	4,07	4,67	5,67	6,63	8,28	8,58
Serviços - Domésticos	4,64	5,10	5,40	5,06	4,67	3,97	3,10	2,36
Outros	3,73	3,56	4,23	4,32	5,64	6,16	6,67	8,65

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: Elaboração do IPARDES.

Pode-se verificar que, mesmo mantendo-se como principal classificação em municípios que abrangem a faixa populacional entre 2.001 e 20.000 habitantes, a Agricultura perdeu representatividade em praticamente todas elas, salvo nos municípios com população superior a 500.000, onde cresceu de 0,59%, em 2000, para 0,82%, em 2010. Pode-se atribuir este crescimento à saturação enfrentada pelo mercado de trabalho em outras atividades. A Indústria - Transformação também obteve um crescimento

consistente, perdendo espaço somente nos municípios com população entre 50.001 e 100.000 e naqueles que apresentam população superior a 500.000, partindo de 23,09% para 20,83%, e de 16,89% para 14,20%, respectivamente.

A Indústria - Construção continuou aquecida e apresentou crescimento partindo dos municípios com população superior a 2.000 até aqueles onde a população varia entre 50.001 e 100.000 habitantes. Já nos municípios com população superior ela sofreu um declínio de 7,59% para 6,87% nos municípios com população entre 100.001 e 500.000, e de 6,16% para 4,53% nos municípios com população superior a 500.000. A atividade denominada Indústria - Outras atividades cresceu entre os jovens paranaenses nos municípios de todas as faixas de população.

O Comércio apresentou declínio em sua participação do mercado de mão de obra jovem nos municípios de até 2.000 habitantes e naqueles com população superior a 100.000 habitantes. A atividade denominada Serviços - Apoio à produção obteve crescimento geral, abrangendo os jovens de municípios de todas as faixas populacionais. Os Serviços - Natureza pública tiveram seu quadro de funcionários jovens diminuído nos municípios de praticamente todas as faixas populacionais, salvo nos municípios com faixa populacional de 2.001 a 5.000 e de 5.001 a 10.000, onde o crescimento apresentado foi bastante pequeno, passando de 10,40% para 10,53%, na primeira, e de 8,41% para 8,70%, na segunda.

A atividade Serviços - Outros apresentou crescimento apenas entre os municípios com população inferior a 2.000 habitantes até os municípios em que a faixa de população varia de 10.001 a 20.000. Os Serviços - Domésticos apresentou queda de representatividade entre os jovens nos municípios independentemente de sua faixa populacional, sendo esta queda mais acentuada nos municípios com faixa populacional de até 2.000 habitantes. A atividade denominada 'Outros' exibiu crescimento generalizado.

6 NÍVEL EDUCACIONAL DE ACORDO COM AS FAIXAS POPULACIONAIS

Quanto ao grau de instrução dos jovens em relação ao tamanho da população do município onde residem, tomando como base o ano de 2000, evidencia-se que somente nos municípios com população superior a 500.000 habitantes a maioria do público jovem ocupado possuía o ensino médio completo ou ensino superior incompleto (40,18%). Nos demais casos a população jovem sem instrução ou com ensino fundamental incompleto era maioria: até 2.000 habitantes, 42,89%; de 2.001 a 5.000 habitantes, 44,13%; de 5.001 a 10.000 habitantes, 46,71%; de 10.001 a 20.000 habitantes, 48,39%; de 20.001 a 50.000 habitantes, 42,41%; de 50.001 a 100.000, 36,90%; e de 100.001 a 500.000 habitantes, 33,42%.

No entanto, pode-se verificar, pela tabela 8, que entre os municípios com população de até 2.000 habitantes e naqueles com população entre 100.001 e 500.000 habitantes o segundo nível de instrução que engloba a maioria dos jovens ocupados é o ensino médio completo e ensino superior incompleto (32,66% e 31,04% respectivamente), enquanto nas demais faixas populacionais os níveis de instrução predominantes são o ensino fundamental completo e o ensino médio completo: 28,73% para a população entre 2.001 e 5.000 habitantes; 27,64% para a população entre 5.001 e 10.000 habitantes; 26,31% para a população entre 10.001 e 20.000 habitantes; 27,36% para a população entre 20.001 e 50.000 habitantes, e 30,09% para a população entre 50.001 e 100.000 habitantes.

TABELA 8 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE JOVENS, POR FAIXA DE POPULAÇÃO MUNICIPAL, SEGUNDO GRAU DE INSTRUÇÃO - 2000

GRAU DE INSTRUÇÃO	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE JOVENS							
	Até 2.000	2.001 a 5.000	5.001 a 10.000	10.001 a 20.000	20.001 a 50.000	50.001 a 100.000	100.001 a 500.000	Mais de 500.000
Sem instrução e fundamental incompleto	42,89	44,13	46,71	48,39	42,41	36,90	33,42	21,74
Fundamental completo e médio incompleto	21,95	28,73	27,64	26,31	27,36	30,09	29,12	26,27
Médio completo e superior incompleto	32,66	24,25	22,20	21,98	25,28	27,94	31,04	40,18
Superior completo	1,57	1,66	1,98	2,06	3,25	3,15	4,56	9,47
Não determinado	,93	1,24	1,47	1,26	1,69	1,91	1,87	2,34

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: Elaboração do IPARDES.

Partindo para o ano de 2010 temos um panorama diferente, podendo-se identificar o ensino médio completo ou ensino superior incompleto como os níveis de instrução obtidos pela maioria dos jovens de todos os municípios, independentemente do tamanho populacional. Nota-se ainda que o ensino superior de graduação cresceu sensivelmente de forma geral, alcançando o maior crescimento relativo nos municípios com faixa de população mais reduzida, chegando a um percentual de crescimento superior a 331,91% nos municípios onde as faixas de população variam de 2.001 a 5.000 habitantes, e de 311,79% nos municípios com até 2.000 habitantes. Observa-se também que a maioria dos jovens que se enquadram no nível sem instrução ou com ensino fundamental incompleto está nos municípios com população de 10.0001 a 20.000 habitantes, enquanto os jovens com ensino médio completo ou superior incompleto, bem como aqueles com ensino superior completo, encontram-se nos municípios com população superior a 500.000 habitantes. Os que possuem o ensino fundamental completo ou o médio incompleto estão em sua maioria nos municípios de população de 5.001 a 10.000, conforme os dados da tabela 9.

TABELA 9 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE JOVENS, POR FAIXA DE POPULAÇÃO MUNICIPAL, SEGUNDO GRAU DE INSTRUÇÃO - 2010

GRAU DE INSTRUÇÃO	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE JOVENS							
	Até 2.000	2.001 a 5.000	5.001 a 10.000	10.001 a 20.000	20.001 a 50.000	50.001 a 100.000	100.001 a 500.000	Mais de 500.000
Sem instrução e fundamental incompleto	23,52	23,22	25,85	27,00	24,16	20,46	18,50	12,85
Fundamental completo e médio incompleto	27,61	27,14	28,21	28,15	26,81	27,10	25,29	20,50
Médio completo e superior incompleto	42,30	41,86	38,39	37,25	39,48	42,08	44,42	46,18
Superior completo	6,46	7,16	7,10	7,11	8,85	9,56	11,22	19,67
Não determinado	0,12	0,60	0,45	0,48	0,70	0,81	0,57	0,80

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: Elaboração do IPARDES.

Salienta-se que, na elaboração dessas tabelas que mostram o grau de instrução da população de jovens ocupados, foram considerados apenas aqueles que não mais frequentam instituições de ensino; portanto, fora deste contingente existem jovens que ainda estão se qualificando.

7 INFORMALIDADE EM FUNÇÃO DA QUANTIDADE DE HABITANTES

A respeito da formalização da mão de obra jovem, os municípios de todas as faixas populacionais tiveram evolução. No ano de 2000, aqueles com população de 5.001 a 10.000 habitantes eram os que tinham o maior percentual de informalidade (63,72%). Já os municípios com população superior a 500.000 habitantes eram os que apresentavam a menor taxa de informalidade (33,68%). Nota-se que a diferença percentual entre o de maior e o de menor formalização era de 30,04%; entretanto, o problema da informalidade mostra-se de forma generalizada.

Em 2010, os municípios que apresentavam a maior taxa de informalidade continuavam a ser aqueles com população entre 5.001 e 10.000 habitantes (47,51%), e, com menor índice de informalidade, novamente os de população superior a 500.000 habitantes (24,77%). Quando tomamos como base todos os municípios, independentemente da sua faixa populacional, a média de formalização é de 63,02%, corroborando a constatação de que o mercado de trabalho de forma geral passou a apresentar, pelo menos no que diz respeito à garantia de direitos trabalhistas, maiores benefícios aos jovens trabalhadores paranaenses, dado que em 2000 essa média era de 48,75%. Os dados referentes aos percentuais de formalização estão dispostos na tabela a seguir:

TABELA 10 - INFORMALIDADE ENTRE OS JOVENS PARANAENSES, SEGUNDO A POPULAÇÃO MUNICIPAL - 2000 E 2010

POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO	EMPREGO (%)			
	2000		2010	
	Formal	Informal	Formal	Informal
Até 2.000	42,88	57,12	61,11	38,89
2.001 a 5.000	36,79	63,21	53,63	46,37
5.001 a 10.000	36,27	63,73	52,49	47,51
10.001 a 20.000	39,77	60,23	56,03	43,97
20.001 a 50.000	48,88	51,12	61,38	38,62
50.001 a 100.000	59,86	40,14	71,40	28,60
100.001 a 500.000	59,26	40,74	72,92	27,08
Mais de 500.000	66,32	33,68	75,23	24,77

FONTE: IBGE - Censo Demográfico
NOTA: Elaboração do IPARDES.

A exemplo do que ocorre quando se analisa o Estado, o nível de informalidade é bastante elevado. As atividades que possuem maior nível de informalidade entre os municípios de acordo com a quantidade populacional, em 2000, são os Serviços - Domésticos e a Indústria - Construção. A Agricultura, por sua vez, mesmo apresentando altos índices de informalidade, não ocupa posição entre as três primeiras classificações nos municípios com até 2.000 habitantes, onde a classificação Serviços - Outros

é a primeira colocada em nível de informalidade, com 100% dos trabalhadores jovens. Nota-se que a informalidade é maior entre os municípios com menor contingente populacional, sendo que a média é superior a 50% nos municípios com população inferior a 50.000 habitantes, chegando a ser de 63,73% nos municípios com população entre 5.001 e 10.000 habitantes, a maior média do Estado no período.

Da mesma forma, também em 2010 os níveis de informalidade por faixas populacionais acompanham o que ocorreu no Estado como um todo, sendo que este nível continua maior nas populações menores e mais baixo nas populações maiores. As atividades que possuem menor formalização continuam sendo os Serviços - Domésticos e a Indústria - Construção, exceto no caso dos municípios com população de até 2.000 habitantes, onde os Serviços - Domésticos e Serviços - Outros encabeçam a lista das classificações com maior índice de informalidade, e nos municípios com população superior a 500.000 habitantes, onde os Serviços - Domésticos e a Agricultura são as atividades com maior número de indivíduos trabalhando de maneira informal.

Os Serviços - Domésticos possuem nível de informalidade entre 59% e 93% entre as faixas populacionais; a Indústria - Construção tem percentual entre 48% e 84%, enquanto a Agricultura tem percentual de informalidade entre 46% e 66%. Em relação a estas classificações, cabe destacar as faixas populacionais que apresentam o maior nível de formalização. No caso dos Serviços - Domésticos, a maioria dos trabalhadores formais encontra-se nos municípios com população superior a 500.000 habitantes (40,22%), o mesmo ocorrendo com a Indústria - Construção (51,12%); já na Agricultura, o maior índice de trabalhadores formais encontra-se nos municípios com população de até 2.000 habitantes (53,05%), sendo que o índice é elevado também nos municípios com população entre 100.000 e 500.000 habitantes (51%) e entre 50.001 e 100.000 habitantes (50,85%).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste trabalho permitem evidenciar que ocorreu evolução do mercado de trabalho, em algumas funções de forma mais relevante que em outras. Existem atividades que historicamente concentram trabalhadores com grau de instrução mais baixo, mesmo porque o trabalho executado não exige conhecimento muito elevado. Pode-se observar que nestas atividades encontram-se também os maiores índices de informalidade.

Entretanto, os jovens vêm aumentando seu nível de conhecimento, visando maior qualidade de vida, ou seja, menos horas trabalhadas, o que proporciona maior tempo para o lazer, bem como salários mais elevados, que deslocam sua linha de restrição orçamentária e provocam um aumento em sua propensão a consumir. Desta forma, torna-se possível a aquisição de produtos ou serviços que não estavam presentes em sua cesta de consumo em um primeiro momento.

Esses benefícios, entre outros, são encontrados ou resultam usualmente de atividades de cunho científico, administrativo e afins, e é para este mercado que os jovens vêm se preparando. Isto não significa que trabalhos que demandam maior dispêndio físico serão abandonados ou extintos. Pelo contrário, a Agricultura, por exemplo, mesmo tendo perdido espaço em municípios menos povoados, acabou crescendo, mesmo que em nível modesto, em cidades mais habitadas. Esta inversão pode se dar pelo fato de que, enquanto municípios menores estão em processo de desenvolvimento, incitando os jovens residentes a procurar qualificação e abrindo espaço para aqueles advindos de outros municípios ou regiões para suprir a necessidade de infraestrutura e mão de obra qualificada, os municípios maiores já apresentam um mercado de trabalho um tanto quanto saturado para muitas funções, fazendo com que as áreas rurais absorvam uma parcela do mercado de trabalho.

Desta forma, o nível de instrução dos trabalhadores em todas as classificações de atividades econômicas tende a se elevar, o que resulta em trabalhadores mais cientes de seus deveres e, acima de tudo, dos seus direitos. Pode-se verificar isto quando se analisa a evolução do trabalho formal, ocorrido de forma generalizada nos últimos anos, embora algumas atividades ainda apresentem um grau substancialmente elevado de informalidade.

Guardadas as devidas proporções, o movimento do mercado é semelhante entre o Estado como um todo e entre os municípios divididos pela faixa de população. É evidente que há diferenças nas composições de mercado de trabalho entre municípios com população reduzida e aqueles com grande contingente populacional. No entanto, a evolução vem diminuindo estas diferenças, aproximando os extremos e tornando possível que a comparação seja mais eficiente, tanto em nível educacional quanto em termos de formalização e divisão de mão de obra entre as atividades.

O mercado de trabalho é competitivo, sendo esta uma característica intrínseca a ele, o que, se por um lado traz benefícios, também gera malefícios. Portanto, a inserção de jovens continua a ser complicada, pois cada vez mais aumentam os requisitos para contratação. Contudo, a evolução nesta direção é uma realidade, o que é endossado pelo percentual de crescimento apresentado entre os jovens ocupados na comparação entre os anos de 2000 e 2010, que foi bem maior que o crescimento médio da população de jovens como um todo.

REFERÊNCIAS

- BACHA, C. J. C. O mercado de trabalho. In: _____. **Macroeconomia aplicada à análise da Economia Brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. p.199-201.
- BORJAS, G. J. Introdução à economia do trabalho. In: _____. **Economia do Trabalho**. 5.ed. Porto Alegre: AMGH Editora, 2012a. p.1-22.
- BORJAS, G. J. Oferta de trabalho. In: _____. **Economia do Trabalho**. 5.ed. Porto Alegre: AMGH Editora, 2012b. p.23-95.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 23 abr. 2013.
- BRASIL. Ministério do Trabalho. **Emprego formal mantém tendência de crescimento em março com geração de 112.450 vagas**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/imprensa/emprego-formal-mantem-crescimento-em-marco-com-geracao-de-112-450-vagas/palavrachave/caged-marco-emprego-mercado-de-trabalho.htm>> Acesso em: 19 abr. 2013.
- DELGADO, P. R.; KURESKI, R. A importância do setor de serviços no estado do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.118, p.139-158, jan./jun. 2010.
- FERREIRA, S. G; VELOSO, F. A. A escassez de Educação. In: GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André (Org.). **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005. p.378-399.
- IBGE. **Censo Demográfico 2010**: microdados da amostra - Paraná (Banco de Dados), Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em <<ftp.ibge.gov.br>> Acesso em: 12 mar. 2012.
- IBGE. **Censo demográfico 2000**: Microdados da amostra - PR. Rio de Janeiro: IBGE, 2003b. (CD-ROM).